

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrij.org.br

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Começa o XX Confasubra

A UFRJ participa do congresso com 29 delegados eleitos em assembleia. **PÁGINA 8**



XXCONFASUBRA
10 a 16 de maio de 2009
Pocos de Caldas-MG

Especial

Alberto Cláudio, um técnico-administrativo que é uma lição de vida. **PÁGINA 7**

Reunião dos aposentados

Quarta-feira, 20 de maio, às 10h, na subsede sindical no HU (Fundão).

Vazio no NCE

Terceirizados, que são a maioria dos trabalhadores do NCE, sem salários há oitos meses serão demitidos pela UFRJ. **PÁGINA 5**

DOIS PONTOS

Cidade Universitária recebe estudantes do ensino médio

Até o dia 17 de maio, estão abertas as inscrições, através do site www.pr5.ufrj.br, para as escolas públicas e particulares do ensino médio inscreverem seus alunos no projeto Conhecendo a UFRJ. A Pró-Reitoria de Extensão (PR-5), res-

ponsável pela articulação da atividade informa que as vagas são limitadas devido a grande procura. Em 2008, 11 mil estudantes participaram do evento.

Conhecendo a UFRJ, que este ano acontece nos dias 20 e 21 de

maio, oferece palestras e exposições propiciando aos participantes saberem mais sobre a universidade e se informarem sobre o funcionamento e os atributos de cada curso de graduação, além de tirarem dúvidas sobre o mercado de trabalho.

O encontro dos estudantes com a UFRJ será na Escola de Educação Física e Desportos, na Cidade Universitária (Fundão).

A intenção da UFRJ com o projeto é aproximar a universidade da comunidade escolar e conhecer o

perfil dos futuros candidatos aos cursos de graduação. Conhecendo a UFRJ também objetiva motivar os estudantes das classes populares e escolas públicas, que se autoexcluem da universidade, a prestarem o vestibular.

Foto: Cicero Rabello



ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS e particulares são recebidos na Cidade Universitária por alunos e professores de todos os cursos de graduação

Cobrador morre em assalto a ônibus no Fundão

Menos de uma hora depois do assalto ao ônibus da linha de integração Fundão-Metrô de Del Castilho, ocorrido na terça-feira, dia 5 de maio, a estudante do 5º período do curso de Biologia da UFRJ ligou para o Jornal do SINTUFRJ e, ainda assustada, contou como um dos assaltantes fuzilou com um tiro no rosto o cobrador do coletivo, Ubiraci dos Santos, 29 anos, sem que ele fizesse nada.

A estudante embargou no ônibus em frente ao CCS e disse que os bandidos já estavam dentro do veículo, e só começaram o assalto em frente ao prédio da Petrobras, próximo à saída da Cidade Universitária para a Linha Amarela. Chegaram a roubar a maioria dos passageiros, inclusive ela, que ficou sem o celular, quando um deles atirou no cobrador. O bando saltou do ônibus no viaduto logo

depois do campus e o motorista seguiu para o Hospital de Bonsucesso.

A estudante, abalada, afirmou que não entende como a UFRJ pode também ser um espaço de terror e medo.

O assassinato foi registrado pelas câmeras de segurança do veículo. Segundo apuraram os jornais comerciais, foram cinco homens armados que entraram no

ônibus, pagaram a passagem e anunciaram o assalto.

O prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos, informou que os policiais militares fazem a ronda no campus e eventualmente entram nos veículos para revistar passageiros. Para ele foi um delito sistêmico: "Infelizmente acontece em qualquer local desta cidade. Os problemas que enfrentamos na

ilha da Cidade Universitária são encontrados em todo o Rio de Janeiro, em nosso país e cada vez mais em escala mundial." Acrescentou que não é omissos no que diz respeito às suas responsabilidades, e que enviou carta à Secretaria de Segurança específica sobre assaltos aos ônibus. Segundo o prefeito, quatro viaturas da Polícia Militar atuam dentro do campus.

Todo apoio à recuperação do valor das aposentadorias

Uma corrente pra lá do bem circula na Internet e todos os trabalhadores do país devem aderir. É a corrente da unidade cidadã pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.299/2008, de autoria do senador Paulo Paim (PT), que garante aos aposentados e pensionistas a recuperação do poder aquisitivo à época de concessão do benefício, através do sistema de reajustes.

A operação é muito simples. Ligue para o telefone 0800 619 619, opção 1. A atendente solicitará alguns dados e a seguir perguntará qual o assunto. Basta responder que Lei 3.299/2008 deve ser aprovada. A mensagem pode ser enviada para deputados que você indicar, a três estados ou às bancadas de até três partidos. Mais informações pelo site www.camara.gov.br/prop_detalhe.asp?=391382. Também pode-se enviar e-mail aos deputados.

O projeto de lei já foi aprovado no Senado e no momento encontra-se na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Não deixe de se manifestar, pois exis-

tem pressões para o presidente Lula vetar a lei, se for aprovada. Mesmo quem esteja longe de se aposentar deve participar dessa corrente da cidadania, pois um dia será um aposentado. E como todos sabem, mesmo contribuindo pelo teto máximo, as aposentadorias vão ficando defasadas ao longo dos anos, devido, principalmente, ao reajuste diferenciado que o governo dá ao salário mínimo e às contribuições do trabalhador da ativa e aos aposentados.



Foto: Arquivo



“Dinossauros no sertão”

O Museu Nacional da UFRJ, na Quinta da Boa Vista, abre nesta quinta-feira, 14 de maio, às 17h, a exposição “Dinossauros no sertão”.

Assembleia discute questões administrativas da entidade

Na assembleia de 27 de maio, a comissão apresentará à categoria as propostas para pôr fim à crise na entidade

Na quarta-feira, dia 6 de maio, às 10h, no auditório do CT, ocorreu a assembleia geral convocada para tratar de questões administrativas e reivindicações dos funcionários do SINTUFRJ, como cumprimento do Contrato Coletivo de Trabalho e revogação da Resolução 01/2009, aprovada na assembleia de 3 de março, que dispõe sobre mudança no cálculo da jornada de trabalho e remuneração dos professores do Sindicato.

Nesse mesmo dia, à tarde, a diretoria do SINTUFRJ deveria comparecer na mesa redonda, no Ministério do Trabalho. Mas a reunião foi transferida para o dia 8 de maio, para aguardar a decisão da assembleia sobre esse ponto, que só foi tomada depois de mais de seis horas de tumultuada e tensa discussão.

Definições

A assembleia aprovou a revogação de parte da resolução e a formação de uma comissão integrada por militantes das correntes Tribo, CSD e Vamos à Luta e independentes, que irá formular propostas para a diretoria indicativas de superação dos problemas na entidade. A categoria irá conhecer as propostas da comissão na assembleia de quarta-feira, 27 de maio, ainda sem local e horário definidos.

Como o quórum inicial era baixo, as discussões começaram, mas a assembleia somente foi instalada, a pedido do plenário, quando constavam 130 assinaturas no livro de presenças. A coordenadora-geral Iaci Azevedo expôs sua visão dos fatos (veja caixa). Chantal Russi, da coordenação de Educação, solicitou: "Vamos respeitar o quadro de funcionários do SINTUFRJ", referindo-se aos comentários agressivos de uma parte dos presentes durante a fala de Iaci. "Manda embora!", gritou alguém da plateia.

O coordenador-geral Jéferson Salazar lembrou que às 14h haveria reunião no Ministério do Trabalho sobre a regularização dos salários dos professores e que deveria haver decisão sobre a revogação ou não da resolução, na assembleia, sob pena de o Sindicato ter de pagar multa. O coordenador-geral Francisco de Assis rebateu dizendo que seria inversão de pauta. A discussão ficou acalorada, até chegarem ao acordo de a resolução ser apre-

Folha de pagamento

A coordenadora-geral Iaci Azevedo, informou que a arrecadação do SINTUFRJ no mês de abril foi de R\$ 579.645,50 e que são 65 funcionários: 9 advogados, 1 analista de informática, 12 assistentes de administração, 3 auxiliares de serviço, 1 contínuo, 1 encarregado administrativo, 1 instrutor de dança de salão, 3 jornalistas, 3 motoristas, 2 professores de música, 12 profes-

sores (11 do CPV e um de educação física), 2 programadores visuais, 10 seguranças, 1 secretária, 2 técnicos em artes gráficas, 1 técnico em administração financeira e 1 técnico de informática. Entre os prestadores de serviço há 2 instrutores de dança, 1 fotógrafo, 1 profissional de manutenção elétrica e 1 de refrigeração, 2 advogados e 14 estagiários de direito.

Ela informou que em 2006 foram gastos 60% da arrecadação com a folha salarial; a folha de abril

deste ano representou 57% da arrecadação sem o reajuste das FG e do incentivo a qualificação. Disse que o Sindicato paga 9 funções gratificadas: da FG 1, que na UFRJ tem o valor de R\$ 714,02 e no SINTUFRJ é de R\$ 2.287,78, à FG 9, que vale R\$ 45,12 na UFRJ e R\$ 596,61 na entidade. Ela falou também do passivo que os trabalhadores reivindicavam há 10 anos e que o Sindicato começou a pagar: "de 1999 a 2004, R\$ 381.702; e de 2005 a 2007, R\$ 43

mil. A maior parte já foi paga. Os valores maiores foram parcelados e estamos terminando de pagar", concluiu.

Transparência

A direção sindical comprometeu-se a divulgar à categoria todas as informações necessárias ao debate sobre essas questões no Jornal do SINTUFRJ e publicar chamada para a assembleia do dia 27 de maio.

ciada ao final dos informes.

Assis apresentou um histórico do processo que levou à Resolução 01. Ele disse que detectaram carga horária de até 240 horas e que a resolução dizia respeito a tempos de aula e não aos professores. E que de acordo com parecer da assessoria jurídica a carga horária dos professores não pode exceder 162 horas/aula. Explicou que montou um grupo de trabalho e buscou entendimento em reunião de diretoria, mas não conseguiu avançar. Até que pessoas da categoria presentes à reunião resolveram levar a questão à assembleia de 3 de março, resultando na aprovação da resolução que alterou o cálculo da jornada e a remuneração dos professores.

Jéferson informou à plenária que há outro parecer sobre a questão solicitado pelo SINTUFRJ a advogado independente, que deixa claro que o Contrato Coletivo é pleno de direito e que a Resolução 01 levava à redução salarial, contrariando o contrato: "Não compactuo com ilegalidade. A Resolução 01 traz problemas sérios e prejuízos financeiros ao Sindicato, porque podemos ter ações no Ministério do Trabalho."

Francisco de Assis rebateu a informação afirmando que o único parecer que trata da resolução 01 é o da assessoria jurídica do Sindicato.

Comissão

Depois de muita confusão, Agnaldo Fernandes, do CCJE, acusou o desgaste nas relações gerais, acrescentando que o Sindicato está ameaçado. Em seguida disse que contactou as forças políticas Tribo, CSD e Vamos à Luta para formar uma comissão com representantes de todas elas para buscar solu-

ção para a crise, antes que se chegasse a uma situação sem volta.

Jéferson propôs que as sugestões da comissão fossem apresentadas na assembleia do dia 27 de maio.

"No momento há 280 alunos do Curso Pré-Vestibular sem aulas. É preciso dar um passo atrás", disse Roberto, funcionário da PR-4, observando: "Como um sindicato não dá direito aos trabalhadores de negociarem?" Francisco Carlos, da Bio-logia, respondeu: "Não é verdade que a diretoria não quer negociar com os funcionários. O problema começa com o Contrato Coletivo. A categoria não tomou conhecimento. Não sou contra os funcionários."

"Temos que montar uma comissão, a melhor possível. Não podemos fazer uma caça às bruxas e eleger os funcionários como bodes expiatórios", disse o vigilante Juscelino Ribeiro, chamando a atenção para o fato de que "o Sindicato pode ser penalizado judicialmente." Marcílio Araújo, do IPPMG, destacou: "Concordando ou não, temos que obedecer à legislação. Como consequência pode haver multas por descumprimento do contrato."

Francisco de Assis também concordou com Agnaldo: "Temos que colocar as questões nos eixos; mas não é verdade que não se buscou entendimento com os funcionários; cheguei a solicitar participar da assembleia deles, mas meu pedido foi negado." José Mauro, do CLA, disse que todas as correntes são responsáveis pelo Contrato Coletivo.

"Esse contrato é legal? Cumpre o estatuto? Não. Não foi apresentado na assembleia; é ilegal e

daí? A Resolução 01 está dentro do estatuto", afirmou Roberto Gomes, do HU. "Dê pão e circo para o povo. Acabem com o CPV para construir a sede campestre", ironizou Jéferson. "Todos os sindicatos do Brasil têm [sede campestre] e a gente não!", gritou alguém da plateia. "Este é um momento histórico para o SINTUFRJ. O movimento está em crise, não só na UFRJ, mas no Brasil. Está na hora de superarmos problemas de 25 anos do SINTUFRJ para mais cem anos de luta", disse Tião Zizo, do HU.

Revoga em parte

Francisco de Assis sustentou que era importante realizar um consenso na assembleia para revogação de apenas parte da resolução, visto que tinha recebido da assessoria do Sinpro-Rio, por email, que a pretensão dos professores e do sindicato é a anulação de parte da resolução 01, que modificou a metodologia de apuração do salário. "Se conseguirmos chegar a um consenso, a gente pode *ad referendum* [da assembleia para submeter à assembleia do dia 27] chegar ao ajuste de conta com os professores na segunda quinzena [de maio] numa folha suplementar para correção das situações em que houvesse necessidade de ajustes e criação de uma comissão para refazer o planejamento de aulas para garantir o limitador das 162 horas por mês posto pelo parecer da nossa assessoria jurídica", disse Assis acrescentando: "Tem que ser uma proposta de consenso que mostre interesse mútuo de resolver o problema."

O coordenador de Comunicação, Jonhson Braz, disse que a resolução afronta o estatuto do Sindicato, a legislação trabalhista e a

Constituição. Por isso propôs a revogação integral da resolução.

Não havendo consenso foram apresentadas duas propostas: uma de revogação de parte da resolução, que mudou a metodologia da jornada de trabalho dos professores; e outra de revogação integral da resolução.

As propostas foram à votação e o resultado foi o seguinte: 40 pessoas optaram pela revogação de parte da resolução e 35 pela revogação total dela e ainda tiveram três abstenções com uma deliberação de voto.

Depois do resultado da votação, Francisco Assis manteve a proposta de criação de uma comissão diferente do que foi proposto inicialmente que pudesse estudar e levar uma proposta de mudança de parte da resolução, conforme aprovada. Além disso, a comissão levaria relatório para a assembleia do dia 27 de maio, contendo as demandas dos itens da pauta não discutidos nesta assembleia.

Agnaldo Fernandes fez um apelo: "Peço compreensão para superar a crise, o que não se resume à parte da resolução. Tem a ver com a situação que o Sindicato atravessa. Se não é isso, é a vida que segue", afirmou argumentando que a intenção é apontar caminhos para a direção do Sindicato tentar resolver a situação. "A instância é a direção e a direção aponta para a assembleia. Não estou propondo um fórum paralelo, mas a ajudar", concluiu.

A comissão aprovada foi composta por Francisco Carlos, Terezi-nha, Isaías, Agnaldo, José Carlos, Valéria, Vera Barradas, José Mauro e Claudia. O grupo se reuniu no dia seguinte à assembleia.

CATEGORIA

Terceirizados do NCE serão demitidos

A decisão da Reitoria atinge cerca de 70 trabalhadores, a maioria dos profissionais do Núcleo

Foto: Cicero Rabello

Depois de amargarem oito meses sem salários, os profissionais terceirizados do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) — cerca de 70, a maioria com mais de 15 anos de casa — foram informados, na quinta-feira, 7 de maio, que seriam demitidos, mas receberiam os atrasados e a indenização pelo tempo de serviço prestado à universidade. No dia 21, às 15h, a coordenação-geral do SINTUFRJ vai se reunir com o reitor.

Essa decisão foi anunciada logo após a reunião entre o reitor Aloísio Teixeira, a decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), Angela Rocha, e o coordenador do Núcleo, Ageu Pacheco. A saída da Reitoria para o problema surpreendeu os dirigentes do SINTUFRJ Jefferson Salazar, Francisco de Assis, Rui Azevedo e Iaci Azevedo que, com os terceirizados, aguardavam do lado de fora do gabinete do reitor.

Preocupação do SINTUFRJ

O reitor comunicou aos sindicalistas que a situação impunha duas alternativas: a primeira, manter o pessoal terceirizado; a segunda, demiti-los pagando os salários atrasados e as indenizações. E ele optou por acabar com os terceirizados do Núcleo, embora eles sejam maioria na unidade. Somente serão poupados do corte, assim mesmo por três meses, os profissionais que fazem



TERCEIRIZADOS DO NCE recebem a má notícia no Salão Nobre da Reitoria, logo após o término da reunião no gabinete do reitor

parte do contrato entre a UFRJ e a Escola de Administração Fazendária (Esaf), para realização de concursos.

Mas como ressaltou o reitor, saldar a dívida financeira com esses trabalhadores não vai ser tarefa fá-

cil. Ele terá que negociar com a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), responsável pelo repasse de recursos ao NCE, a liberação do dinheiro devido a cada um dos terceirizados.

O propósito da reunião dos co-

ordenadores do SINTUFRJ com o reitor, dia 25 de maio, é de acompanhar o processo de indenização dos trabalhadores (a realização dos cálculos da dívida por tempo trabalhado, reposição dos atrasados etc.), e saber como o NCE continuará ge-

renciando toda a rede de computadores da universidade depois da dispensa da obra especializada. A preocupação dos dirigentes sindicais é ocorrer um colapso na UFRJ, já que o NCE é o coração tecnológico da instituição.

Categoria elege representantes de base



Técnicos-administrativos em atividade e aposentados elegeram durante o mês de abril delegados sindicais de base. O SINTUFRJ garantiu toda a infraestrutura necessária para a realização do pleito, mas nem todas as unidades conseguiram cumprir o calendário de reuniões e escolha dos candidatos.

Nos próximos dias a direção sindical divulgará as datas para a eleição de delegados nos locais de trabalho que continuam sem representantes.

Veja quem foi eleito, por unidade:

IESC - Paulo José dos Santos (efetivo) e Jorge Ferreira (suplente)

CCMN - Sidney Poubel Eichhorim e Alberto Wagner Yunes (efetivos), e Claudia Coeli Paz de Freitas e Antonio Theodoro da Silva Filho (suplentes).

CFCH - Cleber Rodrigues de Araújo e Rogério Batista Silva Costa (efetivos), e João Carlos Teixeira da Silva e Dilermando Nascimento Pereira (suplentes).

Instituto de Biologia - Jorginaldo Willian de Oliveira e Gercino Teotônio da Silva Filho (efetivos), e Orlando da Conceição Simões e Luiz Carlos da Silva (suplentes).

Museu Nacional - João Fernandes da Silva e Marcos Romero Xavier (efetivos), e Enilson Fernandes da Silva (suplente).

Prefeitura Universitária - Antonio Gutemberg Alves Traco, José de Oliveira, Genivaldo Santos de Almeida e Wellington de Jesus (efetivos), e Marcio da Silva e Manuel Ferreira da Silva (suplentes).

Instituto de Química - Marcílio Alves e Neidemar Santos da Silva (efetivos), e Gilvan Aleixo da Silva e Paulo de Souza (suplentes).

Alojamento - Thomaz Edson da Silva Pinto (efetivo) e Manoel Camilo dos Santos Filho (suplente).

Aposentados - Djalma de Souza Cabral, Helena Vicente Alves, Débora Oliveira da Silva, Valter Nogueira, José Cupollilo, Antonio Pereira da Silva e Ilma Christina Pinheiro (efetivos), e Marlene de Oliveira Santos Ardeira, Maria Olindina Santos, Yeda Ferreira Cerqueira Leite, Rosilda Pereira Genovese, Bettina Alice Laufer Calafate, Paulo do Carmo e Denizar Moreira Sampaio Filho (suplentes).

GRIFE SUÍNA

Virús chega ao Brasil

Rio tem um caso confirmado e paciente está no Fundão

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, confirmou quatro casos de gripe suína — oficialmente chamada de influenza A (H1N1) — no Brasil. Um no Rio de Janeiro, dois em São Paulo e um em Minas Gerais. Todos os pacientes contraíram o vírus no exterior.

O caso do Rio é de um rapaz de 21 anos que está internado no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), no Fundão. Ele está isolado e seu quadro é estável, mas permanecerá sob observação durante 10 dias para evitar o risco de transmissão. Segundo a assessoria de imprensa da UFRJ, um amigo do rapaz está internado no hospital em observação.

Roberto Medronho, infectologista do HU, aconselha as pessoas a não entrarem em pânico. E alerta para os perigos da automedicação. Segundo Medronho, os efeitos colaterais dos medicamentos podem ser mais nocivos do que os sintomas da nova gripe. Para ele, o país não está livre de uma epidemia.

CEG indica participação da universidade no Enem

Objetivo da adesão à proposta do MEC é democratizar o acesso à universidade

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou, na sessão de quarta-feira, 6 de maio, por unanimidade, o indicativo de participação da UFRJ no uso do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como uma das etapas do vestibular de 2009. De acordo com a decisão do colegiado, a universidade utilizará do Enem apenas as provas objetivas, mantendo o modelo discursivo para a fase posterior do concurso de acesso aos cursos de graduação.

O formato a ser adotado pela UFRJ para utilização das provas objetivas do Enem será pauta das próximas sessões do Conselho, que espera receber o mais breve possível

do Ministério da Educação (MEC) mais detalhes sobre a proposta de transformar o Exame na principal porta de entrada ao ensino superior no país. A deliberação do colegiado condiciona a participação da universidade à análise dos procedimentos de elaboração e aplicação das provas do novo Enem, tarefa que será realizada por uma comissão específica do CEG.

Democratização do acesso

Para a pró-reitora de Graduação e presidente do CEG, Belkis Valdman, a decisão do colegiado demonstra ao MEC o interesse da UFRJ em promover a

democratização do acesso ao ensino superior. “A mudança do tipo de prova no vestibular de múltipla escolha para questões descritivas contribuiu para uma transformação no ensino médio e nos cursos de preparação para o vestibular. Mas, de qualquer forma, esse tipo de acesso premia o mérito de alunos de escolas boas, a grande maioria privada. O indicativo de utilizar o Enem pode proporcionar uma influência diferente, porque sinaliza a preocupação da universidade em se abrir para os alunos das escolas públicas”, afirmou Belkis.

Presidente da Comissão de Vestibular do CEG, a técnica-administrativa Ana Maria Ribeiro também destacou a importância da decisão do colegiado. “Estamos no caminho que os técnicos-administrativos sempre apontaram, que é a democratização do processo de acesso à universidade. Vamos ter uma etapa gratuita, em nível nacional, em que todos os candidatos vão poder fazer o balizamento de suas competências e constatar que o sonho de entrar para a universidade não está tão longe assim. Essa é a nossa esperança.”

Coube à Comissão de Vesti-

bulvar do CEG formular a proposta aprovada pelo colegiado. Segundo Ana Maria, a tarefa imediata da comissão, agora, é preparar o edital, que tem de ficar pronto antes do período de inscrição para o Enem, que ela supõe será no mês de julho. “A comissão estudará as etapas e o calendário do vestibular. Há, por exemplo, proposta de realização da segunda fase em dois dias, possivelmente em dezembro. No primeiro dia seriam aplicadas as provas de língua portuguesa e redação e, no segundo, três provas específicas”, informou Ana Maria.

Comitê do Plano Diretor realiza oficinas temáticas com a comunidade

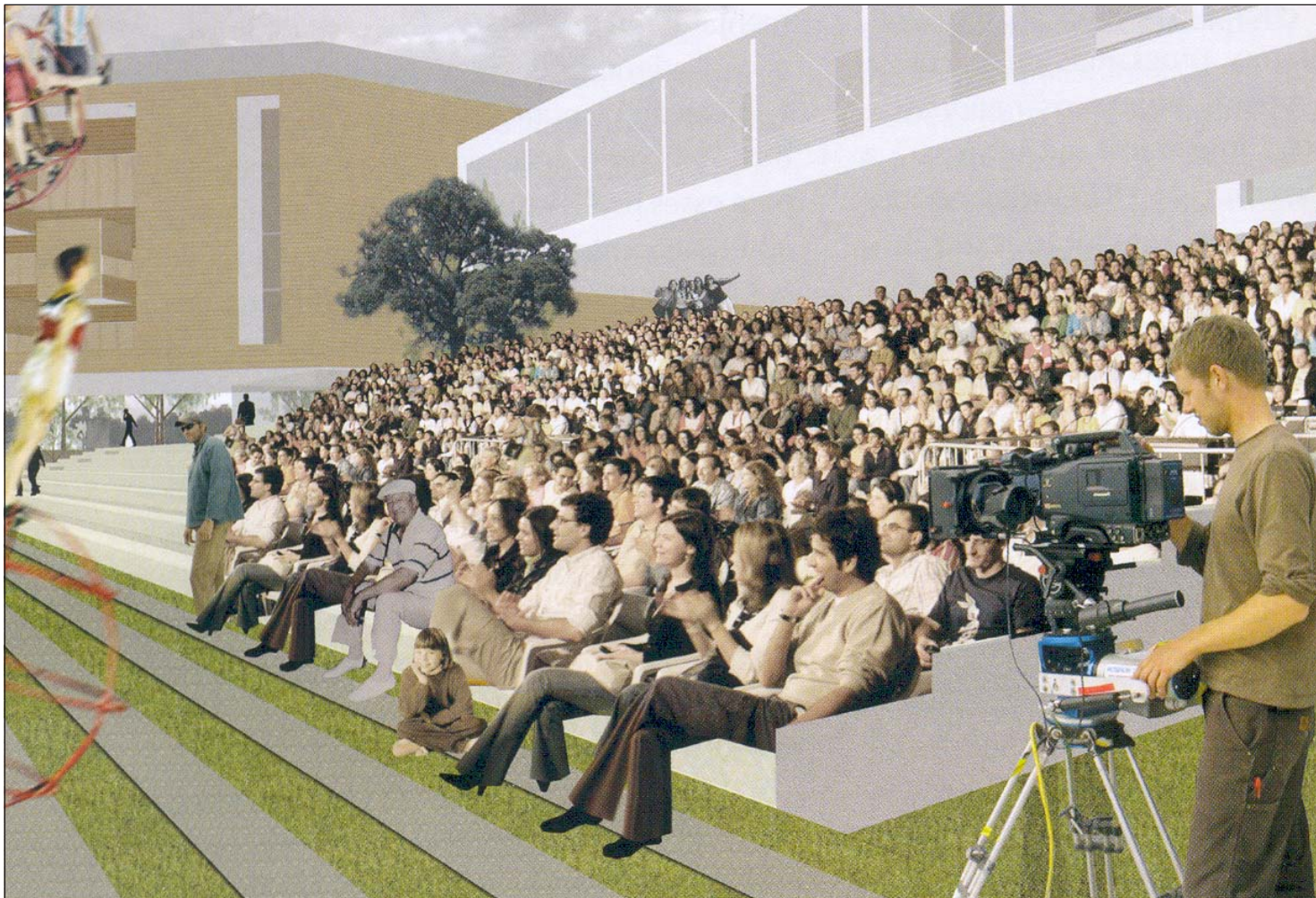
O Comitê Técnico do Plano Diretor realiza a partir de 3 de junho, em diversas unidades da UFRJ, seis oficinas temáticas com o objetivo de ampliar a discussão acerca das propostas preliminares para o plano diretor. As oficinas discutirão meio

ambiente, cultura, acessibilidade, residência universitária, esporte e tecnologia. Os encontros ocorrerão às quartas-feiras, das 10h às 12h, e estarão abertos à participação da comunidade universitária.

Segundo o pró-reitor de Pla-

nejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, a decisão de começar as oficinas temáticas somente em junho é para que as pessoas já tenham em mãos o novo *Caderno do PD UFRJ 2020*. A publicação está sendo preparada para ser

distribuída à comunidade acadêmica durante o mês de maio, explicou. Levi adiantou que as oficinas funcionarão em forma de seminário, garantindo espaço a especialistas convidados e questionamentos da plateia.



PLANO DIRETOR prevê uso ativo dos espaços abertos nos campi para realização de atividades culturais, como mostra a imagem

Calendário das oficinas

No dia 27 de abril, o Comitê Técnico do Plano Diretor (CTPD) definiu as datas das oficinas temáticas.
 Dia 3 de junho, no CT – “Cidade Universitária, cidade da inovação” (Ciência e Tecnologia; inclui previsão de áreas para grandes laboratórios e apoio logístico).
 Dia 10 de junho, na Praia Vermelha (Auditório Pedro Calmon) – “Cidade Universitária, cidade do conhecimento” (inclui cultura e museus).
 Dia 17 de junho, CFCH (Auditório Hélio Fraga, Praia Vermelha) – “Cidade universitária, cidade saudável, cidade esportiva”.
 Dia 24 de junho, no CCMN – “Cidade Universitária, cidade acessível”.
 Dia 1º de julho, no CT – “Cidade Universitária, cidade responsável em energia e meio ambiente”.
 Dia 8 de julho, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Auditório Archimedes Memória, prédio da Reitoria, Cidade Universitária) – “Estudar na Ciduni, morar na Ciduni”.

OPINIÃO

Pacote fechado

O Plano Diretor veio como um pacote fechado, um projeto acabado que admite muito pouca intervenção da comunidade universitária. A alegação da Reitoria é que o PD é um produto do Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) bastante discutido na universidade. A justificativa é frágil, pois o momento era outro e as preocupações também.

A deficiente infraestrutura da Cidade Universitária, por exemplo, deveria ser melhor avaliada. Hoje, por exemplo, convivemos com problemas sérios relacionados a rede de esgoto, distribuição de energia, coleta de lixo. Como pensar em novas construções sem considerar a infraestrutura precária deste enorme campus? São mais de 5 milhões de m².

Entendemos que o projeto está numa fase que dispensa detalhes, mas o essencial tem que estar previsto, principalmente os relacionados a infraestrutura.

Causa também estranheza que o Plano Diretor não considere que sendo a UFRJ uma instituição de ensino, pesquisa e extensão deve ser exemplo na utilização de recursos naturais em benefício do meio ambiente e a preservação da vida. Sequer fazemos o aproveitamento das águas pluviais que é uma obrigação legal.

Numa área enorme como a do Fundão é possível e necessário pensarmos em aproveitar a energia solar. O PD prevê isso?

Conselho editorial do
 Jornal do SINTUFRJ

ATENÇÃO TRABALHADORES DOS HUs

Audiências públicas discutirão o complexo hospitalar

Chegou a hora dos trabalhadores das unidades de saúde da UFRJ tirar suas dúvidas, expor problemas e cobrar soluções relacionados à implantação do Complexo Hospitalar. Nesta semana serão realizadas duas audiências públicas para discutir o sistema que reúne todos os hospitais universitários da universidade.

A comissão criada para implantar o Complexo Hospitalar marcou para terça-feira, 12, a realização da primeira audiência pública. Será das 10h às 12h, no Salão Moniz Aragão, no campus da Praia Vermelha. A segunda ocorrerá na sexta-feira, 15, na Cidade Universitária,

no mesmo horário, no auditório do Quinhentão (CCS).

Exigência da categoria

Foi a bancada dos técnicos-administrativos no Conselho Universitário que propôs a realização de audiências públicas para que a comunidade universitária discutisse a implantação do Complexo Hospitalar. Aprovada pelos conselheiros, a proposta foi incluída na Resolução 16/2008, que trata da implantação do Complexo Hospitalar da UFRJ e que instituiu a comissão responsável pela condução da tarefa.

De acordo com a resolução,

durante o processo de elaboração do Regimento Interno do Complexo Hospitalar a comissão deverá organizar as reuniões abertas para que a comunidade universitária debata a implantação do complexo, antes da apresentação final do documento ao Conselho Universitário.

Preocupação

Uma das principais preocupações dos trabalhadores das unidades de saúde é com a separação da folha de pagamento deles do restante dos funcionários da UFRJ. Há quem pense, inclusive, que já não faz mais parte dos quadros da universidade.

Principalmente quando ocorre atrasos no depósito dos salários no Banco do Brasil.

O pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, admitiu que no mês passado os trabalhadores dos hospitais receberam um dia depois dos demais; mas afirmou que este mês ninguém reclamou. Ele garantiu que não existiu nenhuma determinação nesse sentido por parte da PR-4. “O banco constatou o erro”, disse.

Luiz Afonso afirmou que não aceita tratamento diferenciado para o pagamento de salários: “Não há servidores do ‘A’ e servidores do ‘B’”. Se aconteceu, tem que acabar. Isso não tem fundamento”. O fato

Serão duas: uma na Praia Vermelha e outra na Cidade Universitária

do Complexo Hospitalar ser uma unidade pagadora com CNPJ diferente não significa que os servidores estejam fora da UFRJ.

Ele explicou que o número do CNPJ pode ser diferente no final e cada unidade tem o seu. Mas agora há duas unidades pagadoras: Uma para o Complexo Hospitalar e outra que paga aos demais trabalhadores da universidade. Luiz Afonso lamentou a confusão provocada pelo erro bancário. “Explicamos tudo referente ao Complexo Hospitalar; que não tinha nada a ver com fundações estatais. Mas, na hora H, sai o pagamento diferenciado? Deu pano para mangas.”

“O capitalismo derreteu”

“A centralidade do trabalho e a atual crise do capitalismo” foi o tema da mesa de abertura do pré-congresso do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), que teve como palestrante o sociólogo Ricardo Antunes. O evento foi realizado dia 6 de maio, na Uerj. Depois da palestra Antunes lançou a nova edição de seu livro “*Adeus ao Trabalho?*”.

Ricardo Antunes, que é professor da área de sociologia do trabalho do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fez uma análise das mudanças ocorridas no mundo do trabalho entre o final do século XX e o início do século XXI, levantando questões relacionadas à atual crise econômica e ao capitalismo. O especialista provocou a plateia sobre as perspectivas do futuro que para ele dependerão também do rumo e das atitudes dos movimentos sociais e das ações dos trabalhadores.

Para ele, há muito espaço e tempo para reinventar um projeto socialista global, distinto das experiências do século XX que deformaram os ideais de emancipação. O sociólogo diz que esse é um momento especial para o conjunto da humanidade, pois ideias que eram vendidas como absolutas e definitivas desintegraram-se. “Começamos o século XXI sob o impacto das turbulências, e tudo que é sólido está se desmanchando. Muitos teóricos diziam que o capitalismo era



o fim da história. Mas a ideia de que o capitalismo era intocável, infalível, indestrutível, acabou. Ele derreteu!”, afirma.

Para Antunes, esta é uma crise estrutural e sistêmica do capital. Devastou os países. E o Brasil não saiu ileso. “O terceiro mundo virou pó. Este país virou de cabeça para baixo. Dos anos 70 para o ano 2000 é outro país. Em 2005 tivemos 60% da classe trabalhadora na informalidade”, anuncia. Para o especialista, vivemos uma nova era de demolição do trabalho. Uma época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do ciberproletariado. Uma verdadeira avalanche de descaracterização do trabalho formal, a tal ponto que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima, apenas em números oficiais, que este ano te-

remos 50 milhões de novos desempregados no mundo.

Nesse contexto, o sociólogo destaca que o elemento de discussão então é o caminho a que esta crise nos levará. E neste caminho, embora vivamos esta época de demolição do trabalho, este trabalho não pode deixar de existir, porque faz parte da vida das pessoas. Assim como não pode deixar de existir a classe trabalhadora, a que ele denomina *classe-que-vive-do-trabalho*, e consequentemente sua resistência e sua luta contra o capital e suas formas de dominação.

Crise nos sindicatos

A crise contemporânea dos sindicatos é o centro da atenção da terceira parte do livro *Adeus ao Trabalho?* Antunes demonstra que o processo de fragmentação, heterogeneização e complexificação da força de trabalho questiona a per-

A afirmação é do sociólogo Ricardo Antunes, que abriu o pré-congresso do Sintuperj, na Uerj

manência da organização sindical tradicional, construída com base no segmento estável dos trabalhadores. Dessa forma, as taxas cadentes de sindicalização, mais do que expressar o resultado do emprego, indicam a dificuldade de os sindicatos representarem um conjunto dos trabalhadores que têm em comum somente o fato de viverem do trabalho.

Quais são os desafios que se apresentam para os sindicatos? Além de fazerem frente ao movimento do toyotismo, necessitam abandonar a estrutura verticalizada pela horizontalizada e, sobretudo, “avançar para além de uma ação acentuadamente defensiva e com isso auxiliar na busca de um projeto mais ambicioso, que caminhe na direção da emancipação dos trabalhadores”. Nessa parte, Antunes lança sua compreensão a respeito da possibilidade de os trabalhadores precários, parciais, temporários, a que chama de subproletariados, virem a se constituir num “sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder”.

Para o sociólogo, que teve seu livro traduzido em vários países, as tarefas que devem ser realizadas pelos trabalhadores na construção de seu futuro estão postas. “A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição

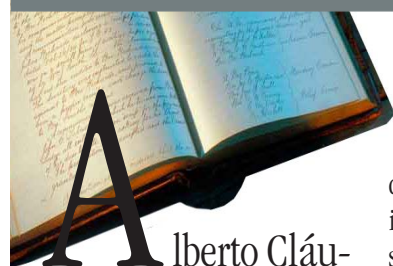
de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado.”

Assim, Ricardo Antunes sustenta que as contradições de classe continuam sendo o principal motor da história, em direção ao socialismo. E defende o papel central da classe trabalhadora nesse processo de transformação, assim como aponta seu maior desafio:

“Ao contrário, entretanto, daqueles que propugnaram pelo “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual, o desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho* e do movimento sindical e operário, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização. Condição imprescindível para se opor, hoje, ao brutal desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global e que se constitui no exemplo mais evidente do caráter destrutivo e nefasto do capitalismo contemporâneo.”

Alberto Cláudio, um brasileiro

Funcionário do CCJE escreve livro autobiográfico



Alberto Cláudio dos Santos, 63 anos — técnico-administrativo da UFRJ há 20 anos —, está prestes a realizar um antigo sonho: o de ver seu livro *Escombros* publicado. Este brasileiro, que teve uma vida difícil, como muitos, e conseguiu superar as adversidades, acalenta o desejo de que sua história sirva de exemplo a tantos outros jovens desassistidos pela sociedade.

é um brado ao direito à igualdade e uma denúncia à discriminação dos negros no país. Ele é fruto de uma vontade imensa de Cláudio que, apesar de não ter conseguido completar o curso de Serviço Social, prova que o saber também pode ser adquirido na vida. A obra foi dedicada a sua tia Rosalina, ex-escrava, que faleceu com 113 anos. No momento Cláudio aguarda o patrocínio prometido para publicação do livro.

Lição de vida

Quem conhece Alberto Cláudio, um negro alto e elegante, não imagina as agruras que ele passou. Órfão aos três anos de idade, foi criado em internato até os 16 anos. Depois foi morar na favela. Desempregado, dormiu na rua, passou fome, foi preso injustamente. Sofreu muitas discriminações. Mas no seu tom de voz não há revolta, pelo contrário, há paz e tranquilidade. Cláudio deu a volta por cima e hoje orgulha-se de ter formado uma família, ter sua própria casa, criado seus cinco filhos e ser respeitado pelo seu trabalho na UFRJ e pela militância no movimento negro.

“Escrevi este livro para que os jovens carentes saibam que há saída para a realidade em que vivem. Há esperança. Minha vivência na favela me deu uma gana de lutar contra o racismo. Sei que temos

vários tipos de preconceito, mas o racial é um dos que mais massacra o ser humano, pois humilha e ofende o cidadão pela cor de sua pele. E apesar das leis, a discriminação continua acontecendo. Acontece na rua, na loja e na própria universidade,” diz Cláudio.

Um outro mundo

Foi na UFRJ que Cláudio conheceu outro mundo e se tornou militante. Na infância viveu o internato. Na juventude havia favela, a rua e os subempregos. Portelense, foi bancário. E transitou entre as casas das “madames da Zona Sul” (próximas à extinta favela da Catacumba, na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde morava), as praias, os bordéis e o Conjunto Guaporé, em Brás de Pina, na Zona Norte, para onde se mudou em 1970 com a remoção da favela. “Quando saímos de lá é

que pudemos avaliar a miséria em que vivíamos e não enxergávamos,” avalia hoje o técnico-administrativo.

O mundo da UFRJ lhe deu oportunidade de acesso a informações e conhecimentos. Cláudio entrou em 1987 na universidade para dirigir o Alojamento Estudantil, e foi através dos alunos que conheceu diferentes visões políticas e ideológicas. No Alojamento, onde trabalhou sete anos, começou a promover eventos culturais ligados ao movimento negro e acabou virando um militante contra a discriminação racial. Passou pela Escola de Serviço Social, onde atuou como administrador da unidade. Em 1999 foi chefiar o setor de Recursos Humanos, da Decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), e lá permanece até hoje. Embora não seja

mais militante orgânico, Cláudio afirma que nunca abandonará a luta contra o preconceito racial.

A sabedoria que Cláudio carrega é outro traço de sua personalidade adquirido na vida e lapidado no cotidiano da universidade. “Dizer que venci na vida não digo, mas sobrevivi às tempestades que passaram por mim desde os três anos de idade”, relata ele em seu livro. O chefe do setor de Recursos Humanos do CCJE continua a acreditar no futuro e a sonhar. Um dos seus sonhos é criar uma ONG para incentivar o trabalho, a cultura e o lazer para os jovens. E parafraseia seu ídolo, o líder negro Martin Luther King, quando este declarou ao mundo o maior de todos os seus sonhos: “Eu também sonho um dia ver o preconceito racial e outros preconceitos serem banidos do universo.”



Foto: Cícero Rabello

ALBERTO CLÁUDIO é exemplo de persistência, talento e de muita vocação para driblar o lado ruim da vida e brilhar

Congresso vai mobilizar para garantir reajuste de julho

O XX Congresso Nacional da Fasubra (Confasubra) começou domingo, 10 de maio, e termina sábado, dia 16. Participam cerca de mil delegados, técnicos-administrativos de quase toda a base da Fasubra. Os trabalhadores da UFRJ estão representados no evento pelos 29 delegados eleitos em assembleia. O Confasubra acontece na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais.

Entre os temas que serão debatidos neste Confasubra destacam-se a organização da categoria em todo o país pela garantia do pagamento do reajuste em julho e diretrizes para a nova carreira. A discussão política central, segundo expectativas da maioria, será sobre a manutenção ou não da filiação da Federação à CUT. O XX Confasubra ratificará a fundação da Fasubra e elegerá a nova direção.

Veja quem são os delegados eleitos das três chapas, sendo que duas, a da Tribo e CSD são cutistas.

Chapa da Tribo: Francisco de Assis (CCS), Iaci Azevedo (PR-4), Lúcia Reis (PR-4), Nivaldo Holmes (IB), Luciano Nascimento (PU), Ivani Santorio (Museu Nacional), Marylena Barreiros Salazar (aposentada), Dulce de

Lima Machado (Instituto de Matemática), Boaventura Souza Pinto (Geociências), Roberto Gomes (HUCFF), José de Oliveira (PU), Georcino da Silva Filho (IB), Izaias Bastos (FF), Teresinha Lima de Souza (aposentada), Francisco Carlos dos Santos (IB), Genivaldo Santos de Almeida (PU) e Aluizio Paulino do Nascimento (Neurologia).

Chapa da CSD: Nilce Corrêa

(Nutes), Jorge Luiz Ignacio (ICB), Carlos Pereira da Silva (PU), Rubens Nascimento (ICB), Vera Lucia Jeronimo (IPPMG), Petronila Rosa Neta (aposentada), Jeferson Salazar (CLA) e Sandra Batista (HUCFF).

Chapa do Vamos à Luta: Agnaldo Fernandes (CCJE), Fábio Marinho (ESS) e Edson Vargas da Silva (Horto).

CUT

“País precisa de mecanismos que proíbam demissão imotivada”

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, dia 4 de maio, o presidente da CUT, Artur Henrique, comenta as metas da Central no período de crise. A matéria aqui reproduzida foi tirada da página da CUT Nacional na Internet

Foto: Internet



Não teve privatização, o Estado passou a ter um papel importante, os movimentos sociais e o movimento sindical foram respeitados como canal de negociação. O cenário mais provável para as eleições de 2010 é termos no segundo turno uma proposta de continuidade do projeto democrático popular e uma candidatura da oposição, representada pelo [José] Serra ou o Aécio Neves. O apoio ainda vai ser debatido, mas não tenho a menor dúvida de que a CUT vai orientar o voto pela continuidade do projeto democrático popular. Mas desde que aponte para mudanças.

■ Que tipo de mudanças?

● Nós queremos avançar. Temos defendido que o próximo governo institucionalize os espaços de representação que foram conquistados no governo Lula para que se transformem em políticas de Estado e não apenas de governo. A plataforma da classe trabalhadora para as eleições de 2010 vai incluir a democracia direta, a regulamentação dos plebiscitos e referendos como instrumentos de participação. Claro que tem que ter um equilíbrio. Alguns países da América Latina estão fazendo da democracia direta instrumentos quase que corriqueiros de decisão, o que não dá para ser aplicado no Brasil pelo seu tamanho. Agora, o que não dá também é, em nome disso, ir para o lado da democracia representativa e só esperar que o Congresso resolva tudo. Questões ambientais, uso da energia nuclear, privatizações, isso deveria passar por processos de consulta popular.

■ A pré-candidata Dilma Rousseff ainda não passou pelo crivo das centrais sindicais?

● A Dilma teve uma trajetória de atuação em partidos de esquerda na luta contra a ditadura e pela democratização e depois teve uma atuação mais institucional como secretária de Energia do governo do Estado do Rio Grande do Sul e no governo Lula como ministra-chefe da Casa Civil. Não é evidentemente uma sindicalista como foi o Lula, mas tem evidentemente outras qualidades. Acho que igual ao presidente Lula dificilmente vamos ter outro.

■ Os efeitos da crise global sobre o mercado de trabalho brasileiro surpreenderam?

● Avaliamos que a crise atinge os setores de forma diferenciada na economia. Os setores que mais sofrem os impactos são aqueles voltados à exportação. A crise envolve o setor da agricultura, de commodities, de alimentação e o automobilístico. Esses são setores que necessitam de medidas pontuais por parte dos governos. Por exemplo, a indústria automobilística retomou a produção a partir a redução do IPI. Agora o setor da construção retoma por conta de projetos de governo. Lógico que faltam medidas, como a redução continuada das taxas de juros e de spread bancário, e o fim do superávit primário no período da crise, a utilização dos bancos públicos como agentes de financiamento e fomento, a criação e continuidade de programas que geram emprego e renda.

■ E que balanço a CUT faz do seu próprio desempenho e do das demais centrais frente à crise?

● Nós começamos a realizar atos de rua, mobilização, campanhas. No caso das negociações, estamos pressionando os governos. A luta para superação da crise não pode ser apenas uma luta em relação ao governo federal. Os governos estaduais também têm o seu papel e eles têm se omitido nesse debate. Continuamos com a defesa da renda, da valorização do salário mínimo. R\$ 50 a mais no salário mínimo envolve 40 milhões de brasileiros e brasileiras que dependam diretamente dele. Com isso serão injetados R\$ 20 bilhões a mais na economia neste ano. É um dinheiro que vai para o consumo. Temos ainda a proposta de democratização do Conselho Monetário Nacional que até agora não saiu do papel. E nas negociações com os empresários, a orientação da CUT é negociar ajuste dos salários pela inflação com aumento real.

■ A CUT chegou a negociar com governos estaduais redução tributária. Houve avanços?

● Negociamos com o governo do Amazonas uma desoneração temporária de tributos em troca de garantia de emprego para o setor de duas rodas e de eletroeletrônicos. Estamos em negociação com os governos do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, onde também há uma expectativa de construção de alguns acordos no sentido de ampliar esse enfrentamento da crise. Continuamos nessa briga.

■ O reconhecimento legal das centrais sindicais mudou o seu papel nessas negociações?

● O reconhecimento trouxe um papel importante, que é debater assuntos de interesse geral da classe trabalhadora. E o aumento no número de filiados reflete na verdade o bom resultado das negociações e da situação do Brasil até setembro. Antes da crise, se tinha uma economia crescendo 5% ao ano, 1,6 milhão de novos trabalhadores com carteira assinada e o reflexo disso nas negociações salariais. Além de repor a inflação, 92% das categorias conseguiram aumentos reais. Isso teve reflexo no nível de sindicalização.

■ E no pós-crise?

● A crise atinge os setores de forma diferenciada. Alguns estão retomando o emprego. Se a economia crescer 1% a 2% vamos ter aproximadamente 500 mil novos trabalhadores com carteira assinada. O Brasil precisa crescer 5% a 6% ao ano para gerar emprego suficiente para dar conta das pessoas que estão entrando no mercado e incluir quem já está desempregado. Outra preocupação é a alta rotatividade. Os empresários já internalizaram o custo da multa do FGTS. Em 2008, 16,5 milhões de pessoas foram contratadas e 15 milhões foram demitidas. Por isso a nossa luta em defesa da ratificação da Convenção 158 da OIT, que proíbe a demissão imotivada, e a luta pela redução da jornada sem redução de salário. São bandeiras que defendemos para minimizar os efeitos da crise.

■ Em um ano pré-eleitoral, a Central já definiu se continuará dando apoio ao PT?

● Não necessariamente. O que temos consciência é que sofremos muito no governo Fernando Henrique, porque defendíamos ideias e propostas radicalmente opostas àquelas que foram implantadas no país na década de 1990. A CUT defendia um papel importante do Estado na economia e ele defendia que o Estado tinha que ser mínimo. Nós defendíamos que era preciso ter controles sociais sobre as empresas estatais, e ele defendeu a privatização. Nós defendíamos que era preciso respeitar os movimentos sociais e abrir canais de negociação. O governo Fernando Henrique Cardoso tratou o movimento sindical com polícia. Tivemos muitas dificuldades no governo FHC. Ao ser eleito o presidente Lula, tivemos uma mudança de relação.